



O IMPACTO DO BUG SOBRE O POVO BRASILEIRO

Recentemente, o PT posicionou-se firmemente em defesa do povo brasileiro ao denunciar que a população não estava suficientemente informada dos procedimentos a serem adotados para a mudança dos códigos de seleção para o DDD e DDI. Além disso, entrou com representações na Justiça solicitando o adiamento da entrada dos novos códigos de acesso.

A intransigência do Governo, da ANATEL e das operadores de telefonia de longa distância nacional e internacional, em não adiar a data de entrada

da nova sistemática, trouxeram o caos ao sistema telefônico brasileiro. Durante dias ninguém pôde usar o seu telefone. O cidadão comum não pôde ligar para seus familiares, o pequeno comerciante não conseguiu cuidar do seu negócio, as consultas médicas e hospitalares não puderam ser confirmadas, os faxes não funcionaram, os trabalhadores não puderam usar os telefones públicos. Enfim, um *telecaos*.

A ANATEL tem afirmado que só está acompanhando a adequação dos sistemas informatizados pelas operadoras de telefonia. Ora, o papel da Agência é fiscalizar as concessionárias de telecomunicações e não acompanhar!

A arrogância dos grupos internacionais, novos controladores das empresas operadoras de telecomunicações do antigo sistema Telebrás e a mentira de que tudo estava pronto para entrar em funcionamento, levaram a população a viver dias de aflição, com grandes perdas materiais e morais. Isso poderia ter sido evitado se o processo tivesse atendido,

prioritariamente, aos reais interesses da maioria da sociedade e não aos ditames daqueles que querem vender todo o patrimônio brasileiro para grupos estrangeiros.

Agora, o povo brasileiro enfrentará um problema que não poderá ser postergado: no dia 31/12/99, às 23h 59m 59s todos os sistemas computadorizados que se utilizam de datas deverão reconhecer o campo do ano com "00" como 2000 e não como 1900. Se não o fizerem, poderão gerar problemas gravíssimos para a população. Esse problema é chamado de BUG do Ano 2000 ou BUG do Milênio ou Y2K.



O IMPACTO DO BUG SOBRE O POVO BRASILEIRO

Os sistemas computadorizados dos serviços públicos de telefonia, energia elétrica, transportes aéreos, ferroviários e outros, estão sendo adequados, segundo o Governo Federal e suas agências reguladoras, sob a coordenação da Comissão Coordenadora do Programa Ano 2000 – a CCPA2000, que foi instituída por Decreto Federal.

Programas e planos de contingências para enfrentar o problema foram e estão sendo elaborados. Todos os responsáveis pelas adequações têm sido unânimes em afirmar que

estará tudo em conformidade até o 31/12/99. Mas ninguém quer dar garantias. Dizem que têm sido realizadas todas as simulações necessárias para checar os mecanismos de proteção contra possíveis panes nos sistemas computadorizados.

No setor elétrico, nas telecomunicações, transportes, nos serviços de correio, saúde, seguridade

social, previdência e tantos outros foram criadas comissões para coordenarem os processos de adequação dos sistemas. Segundo os responsáveis, tudo funcionará adequadamente na virada do milênio.

Sabemos da capacidade dos técnicos brasileiros em proceder às

Todos os microcomputadores e equipamentos que possuem microprocessadores embutidos devem estar aptos para reconhecer o campo de data como ano 2000 e não como 1900.

mudanças necessárias para evitar o colapso nos serviços públicos. No entanto, a política neoliberal do Governo FHC, de desmontagem da máquina pública estatal brasileira,

compromete todo os esforços empreendidos pelos técnicos para assegurar a conformidade dos sistemas informatizados e tranquilizar a população brasileira. Nesses setores, a redução do quadro de pessoal, a desmotivação existente, pela constante ameaça de perda do emprego e a falta de compromisso dos dirigentes para com a população brasileira, nos leva a esperar um caos na virada do milênio.



O IMPACTO DO BUG SOBRE O POVO BRASILEIRO

Se, com a mudança do DDD, já foi um caos, imagina-se o que pode ocorrer se houver pane generalizada nos serviços públicos, nos bancos, nos hospitais, nas farmácias. Enfim, o pânico.

Semear o caos nos sistemas de computação só interessa aos grandes capitalistas que, depois de venderem na América Latina milhões de PC's com inadequação ao BUG 2000, só têm interesse em criar mais condições para vender equipamentos, softwares e serviços estrangeiros e nacionais. Essa é a lógica do modo de produção capitalista.

As infra-estruturas políticas e econômicas mundiais baseiam-se em sistemas computadorizados.

No entanto, não esclarecer a população sobre os problemas que surgirem e, também, não criar as condições necessárias para que a sociedade possa superá-los, é muito mais grave.

Os milhões de usuários individuais de PC's, os micros e pequenos comerciantes, que sequer têm noção do

impacto desse problema sobre os seus negócios e as suas vidas, estão à margem do processo. Não possuem recursos técnicos e financeiros para efetuarem as mudanças nos seus sistemas automatizados. O que poderá ocorrer com essas pessoas?

Afinal, todos os dispositivos eletrônicos – microcomputadores e equipamentos com microprocessadores embarcados – que processam datas, precisam estar adequados para a leitura correta do campo de data.

Se isso não ocorrer, o impacto dessa mudança poderá afetar, de forma

global, toda a humanidade. Mesmo que a pessoa não tenha computador pessoal, nem telefone residencial ou público, como a grande maioria da população mundial, poderá sofrer as conseqüências do problema; afinal, as infra-estruturas políticas e econômicas mundiais baseiam-se em sistemas computadorizados.



O IMPACTO DO BUG SOBRE O POVO BRASILEIRO

Neste sentido, o Partido dos Trabalhadores deve alertar ao conjunto da sociedade brasileira, aos micros e pequenos empresários, aos milhares de usuários de PC's, às donas de casa, aos artistas e artesãos, aos pequenos produtores rurais, aos operários, aos profissionais liberais, enfim, aos trabalhadores do campo e da cidade, para que verifiquem os seus aparelhos eletroeletrônicos e exijam dos respectivos fabricantes e/ou fornecedores a sua adequação. Além disso, devem exigir, dos poderes públicos federal, estadual ou municipal, dos bancos, das concessionárias de serviços públicos, hospitais, farmácias, lojas, supermercados etc., a garantia de continuidade dos serviços. Para isso, é necessário que os prestadores de serviços forneçam, já, todas as informações sobre a correção do problema do BUG 2000, nos seus sistemas automatizados, de forma que não venham a ocorrer interrupções nesses serviços públicos, gerando,

consequentemente, desabastecimento e danos ao povo brasileiro.

Espera-se, assim, que não haja prejuízos à sofrida população brasileira. Entretanto, se acontecerá uma catástrofe, como dizem alguns, não se sabe. Se será tudo tranqüilo, como estão dizendo os governos e o setor privado, deve-se duvidar.